

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MUNDO RURAL ENTRE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Velleda Caldas, Nádía¹
Sacco dos Anjos, Flávio²
Da Silva, Fernanda Novo³

Recibido: 20-07-2017 Revisado: 21-07-2017 Aceptado: 19-02-2018

RESUMO

Nas duas últimas décadas o debate sobre o futuro do mundo rural vem sendo influenciado por uma corrente sociológica que propõe uma ruptura em relação ao enfoque dicotômico, ou seja, a abordagem baseada na necessária oposição campo-cidade, ou entre o rural e o urbano como se fossem realidades socioespaciais descontínuas e necessariamente antagônicas. A ideia de uma nova ruralidade aponta em direção à necessidade de compreender os novos papéis atribuídos aos espaços rurais (ócio, entretenimento, reserva da biodiversidade, etc.), sem prejuízo da tradicional função de prover alimentos, fibras e matérias primas. Mas vale indagar: como esta realidade é capturada por jovens que anualmente ingressam nas faculdades de ciências agrárias? O objetivo do artigo é buscar respostas a tal questão, fazendo uso da teoria das representações sociais, com ênfase no aporte de Moscovici, e de uma investigação desenvolvida com 112 alunos de uma tradicional universidade brasileira. O estudo foi realizado com base em diversos instrumentos que incluem, especialmente, entrevistas com o uso de questionário estruturado (questões fechadas e abertas) e análise de conteúdo de narrativas e de palavras indicadas livremente pelos alunos como conceito de rural. A conclusão geral indica a existência de três grandes conjuntos de representações do rural. A primeira e mais importante é a que associa o rural com o mundo da produção e do trabalho (o rural agropecuário), enquanto a segunda o identifica com um mundo idealizado (rural idílico). A terceira acepção é definida como o rural ecológico-ambiental, entendido como espaço da biodiversidade e da preservação da vida natural.

Palavras chave: ciências agrárias, desenvolvimento rural, imagem do rural, representações sociais, ruralidade

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Brasil); M.Sc. em Ciências (UFPel, Brasil); Doutora em Agronomia (UFPel, Brasil). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas. *Endereço postal:* Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n. CEP 96001-970. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Telefone:* +55-53-32757256; *e-mail:* velleda.nadia@gmail.com

² Graduado em Agronomia (Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Brasil); M.Sc. em Sociologia (Universidade Federal de Rio Grande do Sul-UFRGS, Brasil); Doutor em Sociologia (Universidad de Córdoba-UCO, Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas; Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Brasil. *Endereço postal:* Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n. CEP 96001-970. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Telefone:* +55-53-32757256; *e-mail:* saccodosanjos@gmail.com

³ Graduada em Agronomia (Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Brasil); M.Sc. em Agronomia (UFPel, Brasil); Doutora em Agronomia (UFPel, Brasil). Bolsista PNPd-Capes. *Endereço postal:* Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n. CEP 96001-970. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Telefone:* +55-53-32757256; *e-mail:* fernandanovo@gmail.com

RESUMEN

En las dos últimas décadas el debate sobre el futuro del mundo rural ha estado influenciado por una corriente sociológica que propone una ruptura en relación con el enfoque dicotómico –o sea, el abordaje que se basa en la necesaria oposición campo-ciudad, o entre el rural y el urbano–, como si fueran realidades socioespaciales discontinuas y necesariamente antagonicas. La idea de una nueva ruralidad apunta hacia la necesidad de comprender los nuevos roles asignados a los espacios rurales (ocio, entretenimiento, reserva de la biodiversidad, entre otros), sin menoscabo de la tradicional función de productor de alimentos, fibras y materias primas. Pero ¿cómo tal realidad es capturada por jóvenes que anualmente ingresan en las facultades de ciencias agrarias? El objetivo del artículo es buscar respuestas a dicha interrogante, empleando para ello la teoría de las representaciones sociales, con énfasis en el aporte de Moscovici, así como de una investigación desarrollada con 112 alumnos de una tradicional universidad de Brasil. El estudio fue realizado con base en diversos instrumentos que incluyen, especialmente, entrevistas con el uso de cuestionario estructurado (preguntas cerradas y abiertas) y análisis de contenido de narrativas y de palabras indicadas libremente por los alumnos en cuanto concepto del rural. La conclusión general apunta hacia la existencia de tres grandes conjuntos de representaciones sociales del rural. La primera y más importante es la que asocia lo rural con el mundo de la producción y/o del trabajo (lo rural agropecuario), mientras la segunda lo identifica con un mundo idealizado –lo rural idílico–. La tercera acepción se define como el rural ecológico-ambiental, es decir, el espacio de la biodiversidad y con los objetivos de preservación de la vida natural.

ABSTRACT

In the last two decades the debate about the future of the rural world has been influenced by a sociological current that proposes a rupture in relation to the dichotomous approach, that is, the approach that is based on the necessary field-city opposition, or between the Rural and urban, as if they were discontinuous and necessarily antagonistic socio-spatial realities. The idea of a new rurality points to the need to understand the new roles assigned to rural areas (leisure, entertainment, biodiversity reserve, etc.), without undermining the traditional role of producer of food, fiber and raw materials. Nevertheless, how this reality is captured by young people who annually enter in the faculties of agrarian sciences? The aim of the article is to find answers to this question, using the theory of social representations, with emphasis on the contribution of Moscovici and a research developed with 112 students of a traditional Brazilian university. The study was based on a variety of instruments, including interviews with the use of structured questionnaires (closed and open questions) and content analysis of narratives and words freely indicated by the students as a rural concept. The general conclusion points to the existence of three large sets of social representations of the rural. The first and most important is the one that associates the rural with the world of production and / or labor (the rural agricultural), while the second identifies it with an idealized world - idyllic rural. The third meaning is defined as the ecological-environmental rural, that is, the space of biodiversity and the objectives of preservation of natural life.

Key words: Agrarian sciences, image of rural, rurality, rural development, social representations

RÉSUMÉ

Au cours des deux dernières décennies, le débat sur l'avenir du monde rural a été influencée par un courant sociologique qui a proposé une rupture par rapport à l'approche dichotomique, qui est, l'approche basée sur l'opposition nécessaire rural, ou entre le rural et urbain, comme discontinus socio-spatiales et nécessairement des réalités antagonistes. L'idée d'un nouveau point de ruralité à la nécessité de comprendre les nouveaux rôles assignés aux zones rurales (loisirs, divertissement, réserve de biodiversité, etc.), sans remettre en cause le rôle traditionnel de la production d'aliments, de fibres et de matières premières. Mais comment une telle réalité est capturée par les jeunes qui entrent chaque année les facultés des sciences agricoles? L'objectif de cet article est de chercher des réponses à cette enquête, en utilisant la théorie des représentations sociales, en mettant l'accent sur la contribution de Moscovici, et de la recherche menée auprès de 112 étudiants dans une université traditionnelle au Brésil. L'étude a été réalisée à divers instruments, y compris, en particulier, des entrevues à l'aide d'un questionnaire structuré (fermé et questions ouvertes) et l'analyse du contenu des récits et des mots librement donnés par les étudiants comme un concept de base en milieu rural. La conclusion générale souligne l'existence de trois grandes séries de

représentations sociales des régions rurales. La première et la plus importante est celle associée au monde rural de la production et / ou de travail (rural), tandis que le second identifie avec un monde idéalisé - rural idyllique. La troisième signification est définie comme rural éco-environnement, à savoir l'espace de la biodiversité et les objectifs de préservation de la vie naturelle.

1. INTRODUCCIÓN

Os estudos sobre a realidade da agricultura e do meio rural brasileiro experimentaram uma renovação temática importante no transcurso das duas últimas décadas. Novas questões foram sendo incorporadas a uma agenda de investigação que emerge especialmente a partir da ação de grupos sociais organizados, sejam aqueles ligados aos interesses eminentemente agrícolas (movimentos sociais, cooperativas, associações, etc.) e corporativos, sejam aqueles cujas ações se originam de demandas essencialmente urbanas (associações de consumidores, ecologistas, ambientalistas, etc.). Fazendo um esforço de síntese, é possível indicar três grandes eixos temáticos no campo dos estudos rurais e agrários da nova agenda da pesquisa.

O primeiro deles tem a ver com a consolidação da agricultura familiar como campo de observação e objeto de políticas públicas. As alusões a essa categoria não se limitam à ideia do agricultor familiar integrado aos mercados regionais e inclusive internacionais, mas a um amplo leque de atores sociais (comunidades remanescentes de quilombos, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, mulheres e jovens rurais, etc.) cuja existência sempre esteve imersa no manto da 'invisibilidade oficial' que convencionalmente marca o quadro social brasileiro. E de uma intervenção centrada fundamentalmente em assegurar o acesso ao crédito agrícola aos produtores familiares do país, algumas ações do Estado se deslocam para a necessária conexão desse setor com os objetivos de combate à fome e à pobreza que desde tempos imemoráveis assolam o espaço rural brasileiro.

O segundo eixo temático guarda estreitos vínculos com a questão da sustentabilidade, especialmente no que tange ao reconhecimento dos problemas advindos do modelo intensivo de agricultura praticado no Brasil desde a segunda metade dos anos 1960. Nesse plano constam estudos

e programas de investigação dedicados ao tema da geração de energias alternativas, serviços ambientais e seus desdobramentos. A ideia de sustentabilidade há que ser vista dentro de uma perspectiva multifacetada e pluridimensional (ambiental, social, ética, política, econômica, etc.).

O terceiro eixo temático está ligado às pesquisas sobre o que se veio a chamar 'novo rural brasileiro', onde a ênfase dos estudos recai na análise das mudanças ocorridas na ocupação da população ali residente, bem como nas novas vocações atribuídas aos espaços não densamente urbanizados do país. No primeiro caso constam situações típicas de 'pluriatividade' (Sacco dos Anjos, 1995; Schneider, 1999), qual seja, o fenômeno no qual as famílias rurais conciliam a exploração de suas propriedades rurais com ofícios e atividades totalmente desvinculadas da agropecuária, bem como de situações em que os moradores rurais passam a depender de rendas que pouco ou nada tem a ver com a agricultura.

O grande mérito do Projeto Rurbano foi justamente desvelar a face 'não-agrícola' do rural brasileiro. Trata-se de programa de pesquisas que teve início no final dos anos 1990, sendo liderado pela Universidade de Campinas e levado a cabo por pesquisadores de onze estados da federação. Segundo Graziano da Silva (2001), as pesquisas do Rurbano produziram diversos desdobramentos, entre os quais, a derrubada de alguns mitos. Para os efeitos que persegue esse artigo, importa sublinhar alguns deles.

O primeiro é aquele que situa o rural como sinônimo de atraso. É verdade que problemas seculares como a fome, a violência e a injustiça social ainda persistem como chagas abertas na realidade social brasileira, mas também é certo afirmar a aparição de novos atores sociais que exploram nichos de mercados e outras vocações dos espaços rurais (turismo, ócio, etc.) na geração de renda e ocupação.

Nesse sentido, vale repisar a grande diferença entre êxodo agrícola (redução na população ocupada nas atividades agropecuárias) e êxodo rural (saída definitiva do espaço rural de famílias e de indivíduos para os espaços urbanos de médias e grandes cidades em busca de empregos, oportunidades e melhores condições de vida), como sublinham vários estudos (Abramovay, 1992; Sacco dos Anjos, 2003). A constatação das diferenças entre ambas as noções evidencia uma mudança conceitual relevante dentro do entendimento das transformações que incidem sobre a realidade contemporânea do ponto de vista das escolhas dos indivíduos em termos de renda e ocupação laboral.

É precisamente no âmbito desse terceiro eixo temático que se situa o argumento do presente trabalho. Mas não se trata aqui de examinar novas evidências do crescimento na importância das ocupações e rendas não-agrícolas ou as nuances do que se veio a chamar de um rural «para além da produção agropecuária» (Carneiro & Maluf, 2003). A questão que aqui se impõe é saber se, e como, tais mudanças vêm sendo assimiladas pela população em geral. Trata-se de examinar em que medida, houve mudanças efetivas na percepção acerca das novas vocações atribuídas aos espaços rurais. O foco do estudo recai, objetivamente, sobre a perspectiva de um grupo social específico, qual seja, o dos estudantes de ciências agrárias (Agronomia, Veterinária e Zootecnia) de uma universidade pública brasileira. A intenção foi no sentido de avaliar o grau de discernimento dos futuros profissionais do *agro* brasileiro acerca das mutações aludidas anteriormente a partir do ponto de vista da teoria das representações sociais.

Além da introdução, o artigo inclui outras quatro seções. A primeira delas (epígrafe 2) expõe o problema de pesquisa, enquanto a segunda (epígrafe 3) apresenta e discute o marco teórico e metodológico da investigação. É na terceira seção (epígrafe 4) que os resultados são debatidos e se retomam as indagações que ensejaram a realização desse estudo. A quarta e última seção (epígrafe 5) reúne as considerações finais, algumas conclusões e as possibilidades de novas pesquisas sobre o assunto.

2. O PROBLEMA DE PESQUISA

Até a década de 1940 o Brasil era um país eminentemente rural. Nada menos que 68,8% dos 41,2 milhões de brasileiros viviam no campo. Nas duas décadas seguintes o ritmo do êxodo em direção

às cidades se intensifica, mas ainda assim, 55,3% dos habitantes seguiam vivendo nas áreas rurais. Posteriormente, em 1970 o censo demográfico do IBGE (vários anos) contabilizava 93,1 milhões de brasileiros, momento em que, pela primeira vez na história nacional, a parcela de gente vivendo nas cidades (55,9%) supera a dos que seguiam morando no campo.

Mas os anos 1970 são igualmente decisivos porque marcam um ponto de inflexão importante na medida em que até essa data tratava-se de uma trajetória de redução percentual ou relativa da população rural em relação à população total. Entrementes, os censos demográficos subsequentes indicam um ininterrupto descenso absoluto no número de moradores rurais, que, nessa data, alcançava 41 milhões de indivíduos. Em 1980, 1991 e 1996 esse montante atinge, respectivamente, 38,5; 35,8 e 33,9 milhões de habitantes. Não obstante, os dois últimos censos demográficos (2000 e 2010) indicam que se manteve a trajetória de queda absoluta na população rural, que passa de 31,8 para 29,8 milhões de pessoas.

Parte-se da premissa de que existe ampla controvérsia em torno aos critérios de definição do que é rural ou urbano. Estudos como os de Veiga (2002; 2004) insistem na tese de que se deveria abandonar a visão administrativa ou burocrática de rural, adotada pelo IBGE, em favor de variáveis de natureza eminentemente demográfica. Nos países europeus a delimitação maniqueísta de rural-urbano foi substituída por uma definição bastante mais ampla (regiões essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas) que leva em conta a densidade populacional. Regiões rurais seriam aquelas mais rarefeitas em termos populacionais, se comparadas com as metrópoles existentes tanto nos países centrais quanto periféricos e não necessariamente o espaço onde se pratica a agricultura.

Por outro lado, uma das grandes contribuições trazidas pelo aludido Projeto Rurbano foi justamente mostrar a necessidade de romper com as armadilhas que explicam o rural pelo prisma único e exclusivo do agrícola. Fruto desse debate o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) introduziu algumas mudanças nos instrumentos de coleta de dados naquela que é a maior fonte de informação sobre a agricultura e o mundo rural do Brasil. Realizado a cada dez anos, o censo

agropecuário mostrava-se absolutamente refratário às transformações mencionadas anteriormente, desconhecendo totalmente o peso das ocupações não-agrícolas dos habitantes rurais.

A reiterada precariedade dos critérios de definição sinaliza para o abandono do pragmatismo dicotômico e de definições excessivamente normativas. Autoras como Wanderley (2001) e Carneiro (1998) adotam o termo ‘ruralidade’, admitindo, de forma peremptória, o caráter difuso dessa noção. Nesse sentido, coincidimos com Carneiro (1998, p. 72) quando advoga a necessidade de «*considerar a ruralidade não mais como uma realidade empiricamente observável, mas como uma **representação social**, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola*» (grifos nossos).

Essa ampliação dos horizontes conceituais foi acolhida, nas duas últimas décadas, de forma entusiástica pelas agências latino-americanas de desenvolvimento (FAO, IICA, CEPAL). Estas identificam o potencial dessa ruralidade ressignificada como instrumento de redução da pobreza rural, como via de ocupação para o contingente de pessoas que a agricultura intensiva expulsa de forma ininterrupta, bem como para a formação de tecido social em zonas deprimidas da geografia dos países do continente.

Mas como essas visões ampliadas de rural têm sido capturadas por centenas de jovens que anualmente ingressam nos cursos da área de ciências agrárias? Estudos realizados no Brasil indicam que o perfil dos estudantes desse campo profissional é predominantemente urbano, tanto no caso de escolas técnicas (Oliveira, 2011) quanto no ensino superior (Callou, Pires, Leitão & Tauk Santos, 2008). Destarte, uma parcela cada vez mais reduzida é formada de filhos de produtores ou de pessoas que vivem exclusivamente das atividades agropecuárias.

Atualmente esse fato denota escasso interesse do ponto de vista geral, mais além de mera constatação de uma mudança própria do processo de urbanização a que anteriormente fizemos menção. Mas vale aqui frisar que, no auge da ditadura militar brasileira (1968), a condição de ser filho de produtor rural era um fator decisivo para o ingresso nas universidades públicas. Pela primeira vez na história desse país se instituiu uma política de cotas com essas características. Referimo-nos,

concretamente, à Lei nº 5465, também conhecida como «Lei do Boi», assinada pelo então presidente Costa e Silva, a qual

[...] fixava em seu artigo 1ª que os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária mantidos pela União, reservariam preferencialmente, cada ano, para matrícula na primeira série, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias na zona rural. E, mais, nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União, 30% das vagas restantes seriam reservadas, preferencialmente, para os agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem em cidades ou vilas que não possuíam estabelecimentos de ensino médio. Para sua aplicação, bastaria ao candidato apresentar um certificado fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), atestando que residia em área rural. (Assad, 2013, p. 7)

Em 1985 a Lei do Boi foi revogada, especialmente em virtude da pressão exercida por estudantes de Agronomia de universidades públicas do Rio Grande do Sul (Assad, 2013), os quais questionavam a legalidade de um instrumento jurídico responsável por favorecer setores da elite rural, bem como por ser uma política que era alvo de inúmeras fraudes documentais na comprovação da condição de filho ou filha de produtor rural, dado que muitos dos beneficiários eram residentes em médias e grandes cidades e que pouca ou nenhuma relação tinham com a agricultura ou com o meio rural.

No atual contexto a falta de vínculos com a realidade do campo tem sido vista como uma das dificuldades na formação dos profissionais, aliada à ênfase no padrão tecnicista e de uma concepção fragmentada do conhecimento (Callou *et al.*, 2008). Outros estudos realizados no país (Naiff, Monteiro & Froehlich, 2012; Godinho & Carvalho, 2010; Pimentel, Pinto, Crusciol, Simon & Carmo, 2008) destacam esse mesmo aspecto. Parece claro que a importância econômica e política do *agribusiness* brasileiro tem sido vista como um poderoso apelo publicitário que atrai muitos jovens em busca das oportunidades de ascensão social, incluindo aqueles que

pouca ou nenhuma afinidade possuem com a agricultura enquanto profissão, modo ou estilo de vida.

O objetivo central da pesquisa foi buscar respostas às questões propostas a partir da análise das representações sociais do rural dos estudantes de ciências agrárias de uma universidade pública brasileira. Os dados que serão apresentados dão mostras das contradições que se ocultam na percepção dos jovens sobre temas e questões que impactam diretamente na sua formação, nas suas escolhas profissionais e no modo constroem sua visão de mundo.

3. MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

A obra seminal de Durkheim exerceu forte influência nas ciências humanas e na consolidação da sociologia como disciplina e campo do conhecimento. É nela que encontraremos as primeiras alusões a respeito da questão das representações, mais especificamente em «As regras do método sociológico». Todavia, Durkheim (1968) opta pelo termo representações coletivas para designar fatos sociais entendidos como «crenças, ideias, valores, símbolos e perspectivas formadores dos modos de pensamento e sentimentos que são gerais e permanentes numa sociedade ou grupo social particular e que são compartilhados como sua propriedade coletiva» (Scott, 2006, pp. 175-176).

Nesse contexto, é através do processo de socialização que os indivíduos assimilam um compromisso moral em relação ao mundo do qual fazem parte, especialmente no âmbito da família e da formação educacional. As instituições sociais são forjadas a partir do sistema de representações de uma dada coletividade ou grupo social. Mas como advertiu Duveen (2010, p. 15), o sociólogo francês considerava as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, enquanto autores contemporâneos, ligados especialmente ao campo da psicologia social, admitem tratar-se de um fenômeno social, concentrando a atenção no sentido de explorar a variação e a diversidade das ideais coletivas nas sociedades modernas.

Esse é o caso de Serge Moscovici. Segundo esse pensador romeno, radicado na França, as representações não são obra da criação de indivíduos isolados. Entretanto, faz uma ressalva que se considera importante para o objeto do presente estudo:

Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma

representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu (Moscovici, 2010, p. 41).

Da contribuição de Moscovici importa sublinhar o seu entendimento sobre o modo como as pessoas compartilham um conhecimento, constituem uma realidade comum e a forma transversal, através da qual, transformam ideias em práticas. Em termos objetivos, as representações sociais atendem, precisamente, a duas funções. De um lado, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos. Em segundo lugar, elas «são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado» (Moscovici, 2010, p. 36; cursivas no original).

Não é por obra do acaso que a teoria das representações sociais vem sendo deslocada para além das fronteiras da psicologia social, como no caso da antropologia, sociologia e de outros campos do conhecimento. Mais especificamente poder-se-ia mencionar os estudos que abordam as representações sociais do rural, como a instigante pesquisa realizada por Rye (2006) que analisa as visões do rural que habitam o imaginário de adolescentes rurais da Noruega. As conclusões a que chega apontam para o domínio de duas imagens do rural aparentemente contraditórias: a ideia do idílio e a do tédio, ainda que guardem, entre si, fortes complementariedades.

Seguindo nessa vertente, ao rural se liga a ideia de um lugar para uma vida boa (Jones, 1995; Halfacree, 1993), assim como ao tédio ou «*rural dull*» (Haugen & Villa, 2005; Berg & Lysgard, 2004; Laegran, 2002). O rural é visto como sinônimo de ambiente natural, pela existência de uma estrutura social peculiar, onde todos geralmente se conhecem, mas também de um lugar monótono onde as pessoas trabalham muito e ganham pouco (o que vulgarmente denominam *rednecks* ou pescocões vermelhos).

No Brasil não são poucos os estudos que abordam o rural sob o prisma das representações sociais (Carneiro & Teixeira, 2012; Sacco dos Anjos & Caldas, 2014), havendo inclusive os que analisam a questão do ponto de vista da percepção dos estudantes ligados ao campo das ciências agrárias (Oliveira, 2011;

⁴ A Universidade Federal de Pelotas possui uma das mais tradicionais escolas agrárias do Brasil, qual seja, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a qual foi fundada, em 1883, ainda em tempos do período imperial (monarquia) do país, o que significa 135 anos de atividade intensa e ininterrupta desde a sua criação.

Paula & Doula, 2016) ou mesmo de alunos que frequentam escolas rurais (Sacco dos Anjos & Caldas, 2015). A presente pesquisa se insere no centro dessa discussão, valendo-se de dados e informações que foram levantados de acordo com procedimentos que a seguir serão expostos.

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Desde 2013 se leva a cabo um projeto de ensino junto a estudantes de ciências agrárias de universidade pública brasileira⁵, cuja ênfase recai no esforço de trazer à tona as percepções dos discentes sobre o modocomo hoje se apresenta o mundo rural. As atividades se desenvolveram em três momentos. No primeiro deles, os alunos de Agronomia, Veterinária e Zootecnia elaboraram, através do recurso fotográfico, e, segundo suas respectivas preferências, uma imagem de rural que considerassem mais representativa, refletindo a sua aceção desta noção ou conceito. Paralelamente deveriam redigir, por escrito, uma narrativa da própria foto, explicando as razões ou justificativas para a imagem ou cenário escolhido. Posteriormente houve a realização de uma aula especial em que as imagens digitalizadas das fotos foram apresentadas e comentadas verbalmente por cada um dos alunos. No final do semestre houve uma exposição, no saguão da universidade, do registro fotográfico de todos os alunos participantes. O objetivo principal foi divulgar a iniciativa, valorizando o esforço envidado pelos discentes, bem como as diferentes visões em relação ao mundo rural.

O segundo momento da pesquisa envolveu uma dinâmica em que os alunos indicaram uma palavra ou expressão que considerassem mais representativa do que vem a ser o rural. Encontramo-nos diante de um conceito que se mostra umbilicalmente atrelado a um espaço geográfico e social singular, mas também ao campo de atuação futura daqueles que estão às vésperas de deixarem a universidade para, assim, encarar os desafios da vida profissional. Nesse mesmo encontro os discentes preencheram um questionário com perguntas fechadas e abertas cujo objetivo central era obter informações sobre os vínculos objetivos e subjetivos com o rural, mas também com as atividades agropecuárias *stricto sensu*.

Essa aproximação se ampliou com os dados relativos ao município e o estado de origem do discente, além da localização do domicílio (rural ou urbano) e a profissão dos pais. Após essa etapa

foi montado um banco de dados (IBM SPSS⁵) para propiciar os cruzamentos relativos ao escopo da investigação. Ao longo do período se acumulou um volume considerável de registros, assim como de inquietações que estiveram na origem de uma reflexão que se conecta com diversos temas da atualidade, tanto os que afetam ao âmbito estrito da universidade, no sentido de preparar indivíduos sintonizados com as mudanças de nosso tempo, quanto os relacionados às dinâmicas contemporâneas da agricultura e dos espaços rurais.

Os egressos das universidades são portadores de visões de ruralidade que necessariamente fogem a um padrão ou um esquema pré-concebido. Diversos são os elementos que interferem no modo como veem a si próprios dentro da sociedade, das faces e interfaces do rural e da área precisa em que irão atuar (pesquisa, ensino, assistência técnica, extensão rural, etc.). Trata-se de exercer uma profissão cujas conexões são amplas com diversos setores e esferas da vida social (produção, transformação, beneficiamento, transporte de produtos agropecuário, cuidado e tratamento de animais, apenas por citar alguns exemplos).

Cabe acrescentar que as duas últimas edições do projeto coincidiram com uma robusta campanha publicitária, realizada por setores ligados ao agronegócio nacional e veiculada na grande mídia televisiva. Com o incisivo slogan «*O agro é tudo, o agro é tech, o agro é pop*», os grandes complexos agroindustriais do Brasil exaltam a contribuição do setor agropecuário à formação da riqueza nacional⁶. Nesse sentido, ao longo da pesquisa havia sempre a expectativa de que esse aspecto midiático pudesse influenciar o pensamento dos alunos, no sentido de fazer com que as inovações técnicas e os sinais visíveis de pujança que a campanha buscou ressaltar, pudessem influenciar, em maior ou menor medida, a ideia de ruralidade que habita o imaginário dos discentes. Como oportunamente será mostrado, tal influência não pode ser comprovada. Em verdade, a aproximação aqui realizada identificou outros aspectos que reclamam nossa atenção. Cabe agora apresentar e debater os dados e informações reunidas ao longo do período de realização desse estudo.

⁵ Lançado em 1968, o IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) é um dos programas mais utilizados em estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, bem como em outros campos do conhecimento.

⁶ Ironicamente, boa parte das grandes empresas patrocinadoras da campanha estiveram no centro do mais recente escândalo nacional deflagrado na operação «Carne Fraca», levada a efeito pela Polícia Federal, e que apurou casos de corrupção na atuação de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na liberação de produtos derivados de carne destinados ao mercado interno e externo.

4. O CONTEXTO EMPÍRICO E OS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com base nas informações levantadas com a totalidade dos alunos regularmente matriculados, no ano 2016, nos cursos de Agronomia (47), Veterinária (46) e Zootecnia (19), enquanto participantes de uma disciplina obrigatória (Extensão Rural) ministrada sempre nos últimos semestres dos três cursos mencionados.

Os dados indicam (Quadro Nº 1) que 74,1% dos estudantes têm idade inferior a 25 anos e que apenas 6,3% deles superam os trinta anos de idade, mostrando um perfil bastante jovem. Já os dados do Quadro Nº 2 indicam que uma proporção bastante alta dos discentes nasceu no Rio Grande do Sul, estado situado no extremo meridional do Brasil.

Quadro 1. Distribuição do conjunto de estudantes investigados segundo intervalos de idade

Faixa etária (anos)	Frequência	%
Até 22	37	33
23 a 25	46	41,1
26 a 30	21	18,8
31 e acima	7	6,3
Sem informação	1	0,9
Total	112	100

Fonte: pesquisa de campo (2016)

Quadro 2. Distribuição dos discentes entrevistados segundo a unidade federativa de nascimento

Unidade Federativa	Frequência	Percentual
Rio Grande do Sul	101	90,2
São Paulo	6	5,4
Santa Catarina	4	3,6
Piauí	1	0,8
Total	112	100,0

Fonte: pesquisa de campo (2016)

O conjunto de alunos se acha rigorosamente dividido entre os gêneros feminino (50%) e masculino (50%). Mas quando se analisa os cursos separadamente (Quadro Nº 3) há diferenças dignas de nota. O curso de Zootecnia é o que apresenta a maior proporção de mulheres (68,4%), seguido de perto pela Veterinária (65,2%). Já na Agronomia a participação de mulheres é consideravelmente mais baixa (27,7%). A presença feminina em espaços até bem pouco tempo dominados pelos homens reveste importância, tratando-se de fenômeno que desvela uma revolução silenciosa operada no país e no mundo, de uma forma geral, nas quatro últimas décadas.

Quadro 3. Distribuição dos estudantes entrevistados segundo gênero e respectivo curso frequentado

Curso	Proporção de gênero (%)	
	Masculino	Feminino
Agronomia	72,3	27,7
Veterinária	34,8	65,2
Zootecnia	31,6	68,4

Fonte: pesquisa de campo (2016)

Nesse sentido, estudo realizado por Guedes mostra que em 1970 as mulheres representavam, respectivamente, apenas 3% e 4% dos agrônomos e veterinários formados no país. Mas nos anos 2000 essa participação sobe para 12% no caso da Agronomia e a 30% no caso da Veterinária (Guedes, 2008, p. 126). Mas, segundo a mesma fonte, quando se analisa esse dado com a questão da idade, o protagonismo feminino se amplia sensivelmente. Assim, na faixa etária dos 20 a 29 anos as agrônomas e veterinárias somam 23% e 50%, muito acima do que se constata em termos gerais.

Os dados aqui reunidos só fazem confirmar que essa tendência não somente se manteve, mas inclusive se fortalece na última década. No caso da Veterinária há que sopesar o fato de que muitos dos jovens optam por esse curso para dedicarem-se aos cuidados de pequenos animais e, não necessariamente, às atividades agropecuárias propriamente ditas. Esse espaço vem sendo ocupado pelo curso de Zootecnia, onde, como ficou demonstrado, as moças ampliam sua presença. Estas jovens encaram um mundo onde o machismo não pode ser visto como algo insignificante na dinâmica de pequenas, médias e grandes fazendas de produção animal, bem como nas empresas ligadas ao setor agropecuário.

Esta tendência, ao que tudo indica, se assemelha com a realidade de outros países latino-americanos. No caso do México, estudo realizado por Razo Godínez (2008), fazendo uso de dados de fontes oficiais daquele país (os *Anuarios Estadísticos de Educación Superior*), analisou a participação feminina em diversos âmbitos de formação profissional, levando em conta as matrículas universitárias por área de conhecimento. Decididamente o âmbito das ciências agropecuárias, no México, ainda é um espaço predominantemente masculino, sendo a área

com a mais baixa presença de mulheres. Ainda assim, segundo a mesma fonte (Razo Godínez, 2008, p. 69), houve um incremento substancial, acompanhando a trajetória constatada no caso do Brasil. Com efeito, se em 1980 a proporção de matrículas de mulheres mexicanas nas ciências agropecuárias era de apenas 8,4%, essa percentagem cresce ininterruptamente nos anos subsequentes, a exemplo de 1986 (13,5%), 1990 (14,5%), 1995 (23,7%), 2000 (25,7%) e 2004 (30,5%)⁷.

Esse processo se deu de forma similar ao ocorrido em outras nações latino-americanas, como é o caso da Venezuela e da Colômbia, como assim o demonstra estudo realizado por Pacheco Troconis (2015). Em ambos os países, segundo suas próprias palavras,

El ingreso a los estudios universitarios agrícolas fue lento por ser carreras muy masculinizadas, que en el ideario de la sociedad no se correspondían con la considerada naturaleza de la mujer «delicada y maternal», hecha para tareas poco exigentes en esfuerzos [...]. En Venezuela las políticas de modernización de la agricultura valorizaron la carrera y abrieron oportunidades a las mujeres. En Colombia las demandas de organismos como el ICA⁸ y las sociedades de agricultores estimularon su estudio. (Pacheco Troconis, 2015, p. 76; aspas no original)

Vejam agora outros elementos que nos interessam sublinhar para delimitar o campo de observação dessa investigação. Nesse contexto, a pesquisa em tela mostrou que apenas 35% dos entrevistados se declaram como sendo de origem rural. Esse dado é consoante com a informação relativa à residência dos progenitores (Quadro Nº 4), mostrando que o domicílio rural foi indicado para 36% no caso do pai e de 25,9% no caso da mãe.

Quadro 4. Situação de domicílio ou residência do pai e da mãe dos estudantes entrevistados

	Residência rural (%)
Pai do estudante	36,0
Mãe do estudante	25,9

Fonte: pesquisa de campo (2016)

⁷ Ainda tomando como base o caso mexicano, o estudo de Bustos Romero (2004) indica que áreas consideradas como tradicionais espaços femininos ou próprias das mulheres correspondem à pedagogia, psicologia e trabalho social.

⁸ O autor se refere ao Instituto Colombiano Agropecuário.

Partiu-se do pressuposto de que as representações sociais dos jovens acerca do rural são influenciadas por diversos fatores. Isso fez com que se buscasse explorar outros elementos que pudessem influenciar as escolhas, como no caso da profissão ou ocupação exercida pelos pais. No caso do progenitor foram contabilizadas nada menos que 42 profissões ou ofícios diferentes, ainda que a mais expressiva delas corresponda a de ‘produtor rural’ (25,9%). No caso das mães a diversidade de profissões elencadas é menor (33 tipos de ofícios), com destaque para a condição de dona de casa (22,3%), professora (14,3%) e apenas 9,8% como ‘produtora rural’.

Um dos tópicos que despertava interesse era justamente aprofundar essa ligação do estudantado com o rural. Quando perguntados se possuíam algum vínculo com o rural, 75% responderam afirmativamente e 25% negativamente. Do grupo que revelou a ausência de vínculos com o rural, 75% pertencem ao curso de veterinária, situação que decorre do fato de ser este o subgrupo constituído por aqueles que futuramente irão se dedicar ao cuidado de pequenos animais. Sabidamente trata-se aqui de um ramo da economia que cresce a olhos vistos na profusão de *pet shops* que colorem a paisagem urbana atual de médios e grandes municípios brasileiros e do mundo em geral.

Não obstante, essa suposta ligação foi tomada na pesquisa como um ponto de partida no sentido de explorar os meandros da questão. Com efeito, ao se examinar a narrativa construída pelos entrevistados, percebem-se laços objetivos com o rural, como no caso de pais que são produtores, assentados da reforma agrária, técnicos agrícolas, trabalhadores do campo. Não obstante, constam também vínculos que são muito frágeis e claramente subjetivos. Alguns depoimentos ilustram situações que remetem à infância dos alunos ou à origem dos pais e avós:

Durante a infância eu passava os dias na campanha.

Fui criada no campo de meus avós, em Herval. Além disso, atualmente, convivo com meu namorado na cabanha da família dele.

Meu pai e seus irmãos sempre trabalharam produzindo arroz irrigado em Santa Vitória. Tive contato, porém, de longe, por exemplo, nas férias e finais de semana.

Meus avós maternos nasceram e se criaram em fazendas no interior de São Paulo, assim como meu avô paterno.

Muitos dos que informaram tal ligação com o rural são filhos de profissionais liberais (advogados, dentistas, médicos, etc.) residentes na cidade, os quais possuem estabelecimentos rurais explorados mediante contratos de arrendamento firmados com terceiros. Essa vinculação dá-se, portanto, de forma bastante indireta ou difusa. Em outros casos, a ligação com o rural dá-se em virtude das novas vocações a ele atribuídas, segundo o que vimos anteriormente:

Possuímos uma casa de campo na Cascata [distrito rural], mas apenas para lazer. O rendimento do lar não advém da propriedade.

As respostas dos estudantes demandam a análise dessa vinculação como o rural fazendo uso de outros pontos de vista, como no caso da condição de residência e profissão dos pais, se a família é proprietária de estabelecimento rural e se vive integral ou parcialmente da renda auferida através do exercício de atividades agropecuárias. Nesse caso, a ênfase se orienta para aquela que é considerada como a vocação precípua (produção animal e vegetal), mas, obviamente, não exclusiva, dos espaços rurais.

Com base nestes critérios, a vinculação com o rural foi mensurada segundo quatro níveis ou escalas (forte, médio, fraca e nenhum vínculo). No primeiro caso, trata-se de jovens cujos pais vivem da agricultura ou são agricultores e/ou criadores, os quais residem no meio rural ou no próprio estabelecimento. Já no caso do nível médio tais critérios são atendidos apenas parcialmente, enquanto no nível fraco esse atendimento é mínimo. No último nível (nenhum vínculo) os alunos afirmaram categoricamente não possuir qualquer tipo de vínculo ou ligação com o meio rural.

Os dados do Quadro Nº 5 mostram que apesar de aproximadamente 75% dos estudantes haverem indicado algum tipo de vinculação com o rural, na verdade, em apenas 29,5% dos casos, estamos diante de uma ligação efetiva ou forte. A ligação é fraca e inexistente para respectivamente 32,1% e 26,8% dos alunos de ciências agrárias em geral. O nível de vinculação forte para estudantes do curso de Agronomia alcança 53,2% do universo, enquanto para o caso da Zootecnia e Veterinária atinge, respectivamente, 26,3% e 6,5%.

Quadro 5. Distribuição dos estudantes entrevistados segundo o nível de vinculação com o rural

Nível de vinculação	Percentual (%)
Forte	29,5
Médio	11,6
Fraca	32,1
Nenhum	26,8
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo (2016)

Em outras palavras, quando se analisa a questão desde um ponto de vista mais amplo, percebe-se que, não raras vezes, a conexão com o rural percorre o caminho das reminiscências de jovens que remontam ao tempo de convivência (infância) com avós e familiares. O rural se expressa, nesses depoimentos, como um lugar ‘essencialmente divinizado’. Apesar das inovações que chegam ao campo, a vida rural é marcada pelo ritmo das estações e onde as relações entre as pessoas (sobretudo com os vizinhos) funcionam com base na confiança e na reciprocidade. Essa faceta parece reproduzir as conclusões do estudo norueguês citado anteriormente. Entrementes, faz-se aqui uma pequena digressão que nos parece relevante trazer à tona nesse momento em que se procede à discussão dos dados.

Quando as pessoas do Rio Grande do Sul reiteram que «vivem na campanha», não somente informam que residem no campo, mas também que compartilham do que se conhece como a ‘cultura campeira’, estreitamente ligada à produção animal (bovinos, equinos, ovinos, bubalinos), a qual é realizada de forma extensiva em estabelecimentos rurais conhecidos como estâncias (fazendas). É lá que muitos jovens aprendem a cavalgar, encilhar

⁹ O chimarrão ou mate é um dos grandes marcadores da cultura do gaúcho sul-americano da Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai. Trata-se de bebida quente sorvida através de um artefato cilíndrico (bombilla) inserido dentro de um recipiente (cuia ou calabaza). A planta de erva-mate (*Ilex paraguayensis*) é uma árvore de porte médio de onde se extraem folhas e ramos, os quais, depois de queima e moagem, geram um produto que representa um legado das culturas indígenas caingangue, guarani, aimará e quíchua que habitavam essa parte do continente. Fazer o primeiro mate é um rito de iniciação à cultura gaúcha ou campeira, momento em que o menino ou menina, do campo e da cidade, começa a assimilar tal condição ou forma de auto-identificar-se.

o cavalo ou mesmo a fazer o primeiro chimarrão⁹. Muitas das vezes essa iniciação à cultura campeira se dá na companhia de familiares (avô, pai, tio, etc.) e no interior do galpão, local onde os apetrechos dos equinos ficam guardados, incluindo freios, boçais, selas e montarias.

Já no caso dos alunos vinculados à chamada «colônia velha» ou à «Serra Gaúcha, os marcadores dessa ‘identidade rural’ remetem ao modo de vida colonial (Schneider, 1995), fruto da herança da imigração não-ibérica (germânica, italiana, austríaca, polonesa) das comunidades rurais do Sul do Brasil. Nesse caso, tem-se um universo cultural e um estilo de vida ligado à pequena propriedade rural. Ainda assim, o rural idealizado expõe as reminiscências da vida nas colônias do sul do Brasil. Essa digressão cumpre a tentativa de situar o que aludimos como ‘divinização do rural’ diante da importância que, como a seguir se analisa, emergiu com força nas representações sociais dos alunos que foram entrevistados. A primeira delas é o que se pode denominar como o «rural agropecuário», refletindo escolhas que remetem ao âmbito da produção e do trabalho agrícola. A segunda concepção remete ao que se considera como o «rural idílico». Nesse caso,

têm-se as associações feitas ao rural como lugar da memória, em boa medida ligado a uma conexão de caráter sentimental ou afetivo com esse espaço. A terceira concepção compreende o rural «ecológico ou ambiental», pressupondo uma concepção mais ligada ao lugar da natureza e da biodiversidade, das plantas e dos animais silvestres.

Os dados do Quadro N^o 6 mostram a distribuição das respostas segundo as três categorias aqui elencadas. Como é possível perceber, o rural agropecuário (44,6%) prepondera sobre o rural idílico (38,4%) e sobre o rural ecológico ou ambiental (17,0%).

4.1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO RURAL DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Na realização da pesquisa buscou-se examinar a concepção de rural dos discentes a partir de múltiplos pontos de vista e de instrumentos de informação. Além dos questionários aplicados, das fotografias que cada um deles realizou sobre a imagem, cena ou objeto que lhe parecia mais representativo, do exame da defesa ou argumentação dessa escolha e das narrativas construídas a partir



Figura 1. Nuvem de palavras a partir de indicação livre (escolha) dos estudantes sobre o que entendem por rural

Fonte: pesquisa de campo (2016)

das questões propostas, estabeleceu-se, também um outro ponto de observação e de análise da questão.

Assim, na sessão em que as fotos foram apresentadas e onde se deu a exposição das razões que guiaram a escolha da imagem representativa, pediu-se aos estudantes que elegessem uma palavra ou expressão que, no seu entendimento, pudesse sintetizar a respectiva ideia de rural. Na realização dessa dinâmica insistiu-se no fato de que não se tratava de saber o que era certo ou errado. Eleger livremente a palavra era parte de um exercício que expunha um sistema de preferências, uma opinião pessoal e a influência da trajetória pessoal de cada um dos participantes.

A nuvem de palavras (Figura Nº 1) mostra a recorrência das escolhas dos alunos, os quais indicaram 52 palavras distintas para expressar sua ideia de rural. De longe sobressai o rural ligado à ideia de campo, de trabalho, de produção, diversidade, de vida, natureza e ocupação, mas também de um espaço de tranquilidade, pureza e simplicidade. Mas quando se examina, minuciosamente, os dados reunidos nessa etapa da pesquisa, constatou-se a existência de três famílias de palavras ou de categorias de rural.

A primeira delas é o que se pode denominar como o «rural agropecuário», refletindo escolhas que remetem ao âmbito da produção e do trabalho agrícola. A segunda concepção remete ao que se considera como o «rural idílico». Nesse caso, têm-se as associações feitas ao rural como lugar da memória, em boa medida ligado a uma conexão de caráter sentimental ou afetivo com esse espaço. A terceira concepção compreende o rural «ecológico ou ambiental», pressupondo uma concepção mais ligada ao lugar da natureza e da biodiversidade, das plantas e dos animais silvestres.

Os dados do Quadro Nº 6 mostram a distribuição das respostas segundo as três categorias aqui elencadas. Como é possível perceber, o rural agropecuário (44,6%) prepondera sobre o rural

Quadro 6. Distribuição das palavras que definem o rural segundo categorias ou famílias

Categoria de Rural	Frequência	Percentual
Agropecuário	50	44,6
Idílico	43	38,4
Ecológico-Ambiental	19	17,0
Total	112	100,0

Fonte: pesquisa de campo (2016)

idílico (38,4%) e sobre o rural ecológico ou ambiental (17,0%). Todavia, os dados do Quadro Nº 7 parecem supor que a concepção de rural agropecuário prepondera entre os rapazes (48,2%) em relação às moças (41,1%). Não obstante, a aceção do rural idílico supera no caso das moças (46,4%) em relação aos rapazes (30,4%). Todavia, não há elementos que permitam extrair conclusões efetivas em relação a esse aspecto.

Os dados também não mostram qualquer tendência na distribuição das respostas segundo o curso ao qual a aluna ou aluno está vinculado. O rural agropecuário se expressa na ideia de lócus onde se desenvolve o mundo da produção, das relações de trabalho e de geração de riqueza, tal como sintetizam dois depoimentos de nossos entrevistados ao explicitar tal ligação:

Meus pais são oriundos do meio rural, trabalham em uma propriedade no interior do município, no 2º distrito.

Minha família possui uma propriedade, na qual nós produzimos soja, arroz e pecuária. Resido no meio rural e minha família se sustenta da renda da comercialização da soja e arroz produzidos.

Segundo se apresentou anteriormente, o número de estudantes filhos de agricultores ou criadores reduziu-se, consideravelmente, nas quatro últimas décadas. Ainda assim, é sobretudo dentro desse subgrupo que se impõe a ideia de rural como

Quadro 7. Distribuição das palavras definidoras do rural segundo categorias e gênero dos respondentes

Gênero	Categoria de rural			Total
	Agropecuário	Ecológico	Idílico	
Masculino	48,2	21,4	30,4	100,0
Feminino	41,1	12,5	46,4	100,0

Fonte: pesquisa de campo (2016)

sinônimo de trabalho e produção. Nesse sentido, nem mesmo a mudança de domicílio para uma cidade universitária fez com que se rompessem, nesses casos, os laços objetivos e subjetivos com o estabelecimento rural familiar:

Por meus pais serem da zona rural, aos finais de semana desempenho ajuda, assim que possível, sem atrapalhar os meus estudos. Ajudo na criação de gado leiteiro, gado de corte, nas culturas anuais, no manejo e criação de não ruminantes.

O rural idílico pode assumir as mais diversas conotações, desde os elos mais amplos com uma origem ou história familiar, como assim foi mostrado na digressão realizada na seção anterior desse artigo, até aquelas menções que exaltam a ideia de um 'lugar de refúgio' que supostamente está a salvo da violência e dos atropelos da vida urbana. O depoimento a seguir reforça essa faceta, o qual exprime uma visão claramente romantizada do rural:

Sempre morei na zona rural. Vim para cidade para estudar. Hoje o rural é um refúgio, um lugar que passa tranquilidade.

Apesar de minoritária, a acepção ecológica ou ambiental denota a percepção sobre a existência de outras funções atribuídas hodiernamente ao rural, inclusive aquelas mais ligadas à fruição ou ao deleite da paisagem natural. Nas falas desse grupo de entrevistados a questão da preservação e dos imperativos da sustentabilidade não goza da importância esperada, fato que demanda estudos ulteriores. Possivelmente, se tal aproximação envolvesse campos do conhecimento como a ecologia, ciência ambiental e outras áreas pautadas pela dinâmica dos agroecossistemas, tal representação do rural ganharia um maior peso específico. Todavia, esse não foi o foco de uma investigação que, como até aqui sublinhamos, teve como foco e objeto de estudo as representações sociais de estudantes do âmbito das ciências agrárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de hoje que a previsão do futuro entrou para o domínio da produção do conhecimento. Muitos são os que se dedicam a vaticinar sobre o futuro do planeta a partir de indícios que, muitas

das vezes, são bastante controvertidos. Decididamente, o fim da ruralidade sempre esteve no rol das previsões catastrofistas lançadas, desde há muito, no Brasil.

Exemplo disso pode ser visto no artigo publicado por Alves, Lopes & Contini (1999, p. 7), quando estes reiteram enfaticamente: «*O Brasil tem, assim, os índices de urbanização dos países avançados e até os supera*». Além de anunciar essa suposta tragédia, tais autores arriscam até mesmo um palpite sobre quando isso ocorreria: «*Em 2015, até as Regiões Norte e Nordeste atingirão as marcas dos países avançados*» (idem, p. 7). As causas para tanto, no entender destes autores, parecem bastante evidentes, com efeito, a «*baixa remuneração da agricultura, combinada com a atração das cidades, está levando a um esvaziamento dos campos. Prevalecendo a atual situação, estamos no caminho de uma agricultura que abrigará apenas 600 mil estabelecimentos dos atuais 4,9 milhões*» (idem, p. 19).

As precariedades do Brasil rural são sobejamente conhecidas, tratando-se de tema que foge completamente ao objeto do presente artigo. O que aqui importa exaltar é que mesmo estudiosos da realidade agrária e rural deste país dão mostras de desconhecer as abissais diferenças entre o conceito de população agrícola (contingente de pessoas que vivem da agricultura) e população rural (pessoas que têm domicílio rural).

Na parte inicial desse artigo a atenção esteve posta no sentido de analisar como a ideia de rural sofre um processo de ressignificação ao longo das duas últimas décadas. Nesse sentido, ao realizar essa pesquisa, buscou-se analisar se, e em que medida, essas novas aberturas conceituais são captadas por um conjunto importante da população, qual seja, o dos futuros profissionais das ciências agrárias. Ainda que crescentemente venham da cidade e sejam cada vez menos ligados às questões do campo, não se pode minimizar que suas atividades profissionais, no futuro próximo, guardam aderência, direta ou indiretamente com a realidade agrária e rural do país.

Para muitos rapazes e moças a construção de elos de pertencimento passa por incorporar um estilo de vida marcado por ambiguidades, como a de valorizar a tradição da vida rural, mas também de enaltecer a importância das inovações tecnológicas para o presente e o futuro do agronegócio nacional. Com efeito, o estudo das representações sociais dos estudantes identificou três

grandes famílias de concepções do rural. A primeira, e mais expressiva delas, é a do rural agropecuário, seguida do rural idílico e, em terceiro lugar, do rural ecológico ou ambiental. É mister frisar que tais concepções não podem ser vistas como necessariamente excludentes entre si, mas como parte da realidade que buscamos explorar.

Não foi identificado nenhum indício de influência, ou forma de associação, entre a origem familiar ou mesmo da profissão exercida pelos pais com o conceito de rural escolhido. Mesmo entre os que decididamente reiteram uma forte vinculação com o rural agropecuário (29,5% do total), as opiniões se dividem entre aqueles que atribuem maior importância ao rural como espaço de produção e lugar de memória, de refúgio e fruição, e aqueles que dele tiveram de se afastar, temporária ou definitivamente, após o ingresso na universidade. A aceção ecológica ou ambiental, apesar de minoritária, já se faz notar no imaginário de uma certa parcela do estudantado.

A realidade social é dinâmica e demanda novas pesquisas, especialmente quando se tem em mente a necessidade de uma formação que responda às mudanças que atravessam as sociedades contemporâneas e os imperativos da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. E se nesse artigo ajudamos a fomentar e qualificar esse debate, damos por satisfeitos os objetivos que pautaram a sua elaboração.

6. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil pela concessão de bolsa de produtividade em pesquisa concedida ao segundo autor do trabalho (processo nº 303465/2015-8), assim como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa pelo Programa Nacional de Pós-doutoramento (PNPD), Edital 086/2013, ao terceiro autor; apoios estes que foram cruciais para a realização deste trabalho.

REFERENCIAS

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- Abramovay, R. (2007). Agricultura e desenvolvimento rural. *Valor Econômico*, (junho), A12-A12. Retirado de <http://ricardoabramovay.com/agricultura-e-desenvolvimento-rural/>
- Alves, E.; Lopes, M. & Contini, E. (1999). O empobrecimento da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano 8, n. 3, 5-19.
- Assad, L. (2013). Cotas de acesso ao ensino superior ajudam a transformar a universidade pública. *Ciência e Cultura*, 65(3), 6-8.
- Berg, N. G. & Lysgard, H. K. (2004). Ruralitet og urbanitet - bygd og by (Rurality and urbanity - countryside and city). In Berg, N. G., Lysgard, H. K. & Lofgren, A. (Eds.), *Mennesker, steder og regionale endringer (People, places and regional changes)* (pp. 61-76) Tapir: Trondheim.
- Bustos Romero, O. (2004). Reordenamiento genérico de la matrícula en la educación superior. El caso de México. *Otras Miradas*, 4(1), 30-49.
- Callou, A. B. F., Pires, M. L. L. S., Leitão, M. R. & Tauk Santos, M. S. (2008). O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil. Santa Maria: *Extensão Rural*, 16, 84-114.
- Carneiro, M. J. (1998) Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio de Janeiro, (11), 53-75.
- Carneiro, M. J. & Teixeira, V. L. (2012) Para além das dualidades. In: Carneiro, M. J. (Org.). *Ruralidades Contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 51-66). Rio de Janeiro: Mauad.
- Carneiro, M. J. & Maluf, R. (Org.). (2003). *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Del Grossi, M. & Graziano da Silva, J. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (11), 26-52.

- Durkheim, É. (1968). *As regras do método sociológico*. (5a. ed.), São Paulo: Editora Nacional.
- Duveen, G. (2010). Poder das Ideias. Em Moscovici, S. (Ed.), *Representações sociais. Investigações em psicologia social* (pp. 7-28). Petrópolis: Editora Vozes.
- Godinho, R. F. & Carvalho, R. C. R. (2010). Reflexões sobre a formação do profissional de Ciências Agrárias. *Ciências et Práxis (Online)*, 3(5), 69-74.
- Graziano da Silva, J. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, 15(43), 37-50.
- Guedes, M. C. (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História Ciências Saúde-Manguinhos*, (15), 117-132.
- Halfacree, K. (1993). Locality and social representation: Space, discourse and alternative definitions of the rural. *Journal of Rural Studies*, 9(1), 23-37.
- Haugen, M. & Villa, M. (2005). Rural idylls or boring places? In Bock, B. & Shortall, S. (Eds.), *Rural gender relations: Issues and case studies* (pp. 181-195). Oxford: CABI Publishing.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. (Vários anos). *Censos demográficos*. Brasília: IBGE.
- Jones, O. (1995). Lay discourses of the rural: Development and implications for rural studies. *Journal of Rural Studies*, (11), 35-49.
- Laegran, A. S. (2002). The petrol station and the Internet café: rural technospaces for youth. *Journal of Rural Studies*, (18), 157-168.
- Moscovici, S. (2010). *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. 7ª Ed Petrópolis: Editora Vozes.
- Naiff, L. A. M., Monteiro, R. C. & Froehlich, J. M. (2012). O universo rural nas representações sociais de estudantes de ciências agrárias em duas diferentes regiões geográficas. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 85-94.
- Oliveira, J. A. B. (2011). *As representações sociais de estudantes e egressos do curso técnico em agropecuária do instituto federal sudeste de minas gerais- campus Barbacena sobre o mercado de trabalho agropecuário*. (Dissertação de Mestrado inédita). Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Pacheco Troconis, G. (2015). Mujeres en contravía: pioneras de las ciencias agrícolas en Venezuela y Colombia (1914-1974). *Tendencias y Retos*, 20(2), 65-78.
- Paula, D. B. & Doula, S. M. (2016). Representações sociais sobre o espaço rural entre discentes das ciências agrárias. *Educação em Revista* (UNESP. Marília), 17, 101-118.
- Pimentel, A. E. B., Pinto, M. S. V., Crusciol, J. H., Simon, E. J. & Carmo, M. S. (2008). A formação do profissional de ciências agrárias e o programa de residência agrária: experiência no assentamento Laudenor de Souza (SP). *Educação em Revista*, Marília, 9(2), 21-36.
- Razo Godínez, M. L. (2008). La inserción de las mujeres en las carreras de ingeniería y tecnología. *Perfiles Educativos*, 30(121), 63-96.
- Rye, J. F. (2006). Rural youth's images of the rural. *Journal of Rural Studies*, v. 22, 409-421.
- Sacco dos Anjos, F. (1995). *Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: UFPEL.
- Sacco dos Anjos, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL.
- Sacco dos Anjos, F. & Caldas, N. V. (2014). Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, (21), 385-402.
- Sacco dos Anjos, F. & Caldas, N. V. (2015). Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural do Sul do Brasil. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, (4), 14-26.
- Scott, J. (2006). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schneider, S. (1995). As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, 16(1), 105-129.

Schneider, S. (1999). *Agricultura familiar e industrialização*. (2a. ed). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Veiga, J. E. (2002). *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados.

Veiga, J. E. (2004). A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (22), 21-33.

Wanderley, M. N. B. (2001). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (15), 69-129.